



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
DO MUNICÍPIO DE ERNESTINA- RS

AVISO DE PLÁGIO: Quem copiar petição de outrem, sem indicação de fonte e sem autorização, ainda que tácita ou decorrente de comportamentos concludentes, comete infração ética prevista no Art. 34, V da Lei 8.906/94 e afronta princípios do direito e da moral, podendo ainda ser investigado e condenado por plágio Art. 184, do CP.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

OBJETO: Contratação de serviços de Recapagem de pneus.

A empresa GUERRA PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.375.626/0001-45, estabelecida na Rua Francisco Rosa Marcondes, 90, Ouro Preto, CEP 99500-000, Carazinho/ RS, neste ato representada por seu Representante Legal, Senhor Abel Fornari Guerra, CPF nº 007.822.180-32, vem tempestivamente, conforme previsão legal do art. 164, da Lei nº 14.133/21, oferecer **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos motivos de direito a seguir expostos:

A impugnação apresentada suscita questões que afetam a regularidade do ato convocatório, seja pela falta de observância e descumprimento das disposições previstas na Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece medidas para assegurar um tratamento diferenciado e simplificado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social em âmbito Municipal e Regional. Além disso, destaca-se a não conformidade com a Lei Complementar 147/2014, a qual estabelece que a exclusividade nas licitações não é mais uma faculdade discricionária do ente público, mas sim um ato vinculado. Nesse sentido, conforme a nova redação, a Administração Pública é obrigada a realizar licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o valor de cada item ou lote licitado não ultrapasse R\$ 80.000,00, devendo ser reservada uma cota de 25% para os itens ou lotes que excedam esse montante. Os princípios da legalidade e da autotutela embasam a possibilidade de impugnação, uma vez que a Administração tem a prerrogativa de rever seus próprios atos, anulando-os ou revogando-os em caso de vícios de ilegalidade, em razão de conveniência e oportunidade. Dessa forma, o edital em

Guerra Pneus Ltda.

Rua Francisco Rosa Marcondes nº 90 – Ouro Preto / Carazinho RS

Fone: (54) 3331-3131 98135 3547

questão, conforme observado, contraria tais princípios. As regras editalícias apenas explica que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão benefícios legais conforme o que dispõe o item 3.1.2 do edital supracitado.

A Lei Municipal nº 2.302/2014, de Ernestina-RS, em conformidade com as atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nos termos do art. 1º e art. 2º, estabelece o seguinte:

“Art. 1º Esta Lei regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao micro empreendedor individual (MEI), às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), doravante simplesmente denominadas MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os artigos 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº 123/06, criando a Lei Geral Municipal da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de Ernestina - RS.

Parágrafo único. Aplicam-se ao MEI todos os benefícios e todas as prerrogativas previstas nesta Lei para as ME e EPP.

Art. 2º O tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas (ME), às empresas de pequeno porte (EPP) e ao micro empreendedor individual (MEI) incluirá, entre outras ações dos órgãos e entes da administração municipal.”

Conforme determina a Lei Complementar nº 15.853, de 21 de junho de 2022, o governador do estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do estado, aprovou e sancionou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao Microempreendedor Individual, às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, em conformidade com o que dispõem os arts. 146, inciso III, alínea "d", 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal, todos combinados com o art. 41, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas respectivas alterações, bem como outra lei que a substituir na sua totalidade.

§ 1º Para fins desta Lei Complementar, considera-se Microempreendedor Individual -

Guerra Pneus Ltda.

Rua Francisco Rosa Marcondes nº 90 – Ouro Preto / Carazinho RS

Fone: (54) 3331-3131 98135 3547

MEI, Microempresa - ME - e Empresa de Pequeno Porte - EPP - aqueles assim definidos pela Lei Complementar Federal nº 123/06, em seu art. 3º.

§ 3º Ressalvado o disposto na Lei Complementar Federal nº 123/06, Capítulo IV, toda nova obrigação que atinja as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no âmbito do Estado, deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para o seu cumprimento.

No caso em análise, a Prefeitura de Ernestina infringiu a legislação vigente e violou os princípios constitucionais da Administração Pública. Ao deixar de observar integralmente a legislação pertinente e ao prejudicar o certame ao analisar apenas alguns artigos, a Administração Pública incorreu em ilegalidade. Diante dessa constatação, o ato administrativo deve ser declarado nulo, com a desconstituição de seus efeitos. No contexto mencionado, a comissão de licitação, ao identificar o equívoco, deverá interromper o certame e comunicar que o edital e seus anexos serão atualizados conforme previsto na legislação aplicável, como a Lei Geral de Licitações. É imperativo que a Administração Pública jamais cogite em desconsiderar os princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e outros princípios correlatos que regem sua atuação.

Um dos objetivos da licitação é promover o desenvolvimento econômico das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como incentivar a realização de atividades empresariais que estejam em conformidade com as normas ambientais vigentes. No que se refere às microempresas e empresas de pequeno porte, a Administração restringiu-se a aplicar apenas os benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, deixando de considerar outros benefícios previstos em legislação, sem apresentar justificativa, o que caracteriza o Pregão Eletrônico como um modelo de ampla concorrência. Destaca-se que, de acordo com a Lei Complementar 123/2006 e o Decreto 5.838/2015, em cada processo licitatório realizado, a área técnica deve fornecer uma justificativa específica para a não adoção de cotas e a não utilização

da modalidade de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte. É importante salientar que todos os itens/lotos do Edital possuem valores de referência inferiores a R\$ 80.000,00.

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento e ampliar a participação das pequenas empresas nas aquisições governamentais. Conforme estabelecido no artigo 47, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, determina-se que todos os órgãos da Administração Pública, tanto direta quanto indireta, são obrigados a realizar procedimentos licitatórios que concedam tratamento diferenciado e simplificado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Essa determinação acarreta mudanças significativas no planejamento e na condução dos processos licitatórios.

“Art. 47- Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.”

O art. 48 da LC 123/2006, alterado pela LC 147/2014, estabelece que a Administração Pública deve realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

- I- Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte NOS ITENS de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- II- II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;
- III- III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

No trecho mencionado, é evidenciada a obrigatoriedade da reserva de 25% dos itens da licitação para a contratação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP),

conforme estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006. Além disso, é ressaltado que o art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar determina que a Administração deve realizar licitações destinadas exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Diante disso, é possível concluir que a Lei Complementar nº 123/2006 está em pleno vigor e deve ser integralmente cumprida, salvo eventual declaração de inconstitucionalidade de seu conteúdo.

Em conformidade com a Orientação Normativa AGU Nº 47, de 25 de abril de 2014, é necessário que em todo item ou lote com valor de até 80.000,00 (oitenta mil reais) de um processo licitatório, de forma explícita ou implícita, seja destinada a exclusividade de 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. No entanto, no presente instrumento convocatório, não há evidências claras dessa exclusividade, uma vez que não foram apresentados motivos determinantes para a sua não aplicação. Dessa forma, a Administração Pública deve fornecer esclarecimentos sobre os motivos que a levaram a decidir que a licitação, cujo objeto contém itens ou lotes com valor inferior a 80.000,00, não seja exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. É importante ressaltar que em uma licitação dividida em itens, cada item representa uma licitação separada das demais, com julgamentos independentes.

“Em licitação dividida EM ITENS/ LOTES, deverá ser adotada a participação EXCLUSIVA de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte. Em relação aos itens/Lotes cujo valor seja igual ou inferior a 80.000,00 (oitenta mil reais).”

De acordo com o princípio da constitucionalidade das leis, o entendimento do Doutrinador (Marçal Justin Filho e pelo Acórdão nº 702/2007- TCU Plenário), entende-se que a Administração Pública está obrigada a incluir, em seus instrumentos convocatórios cláusulas que favoreçam a contratação destas empresas, o que depõe favoravelmente ao tratamento favorecido e diferenciado a ME e EPPs. (Acórdão nº 2957/2011- Plenário- durante o entendimento do caso julgado, o TCU entendeu, que o limite máximo de 80.000,00 a que se refere o art.48, inciso I, da Lei 8.666/93 deve ser aferido para CADA ITEM que passará a ter seu preço registrado).

A Administração Pública possui o dever e a obrigação de observar o inciso I do Artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme entendimento unânime dos Tribunais de Contas, do Poder Judiciário e dos juristas. Não se faz necessário apresentar argumentos adicionais para reforçar essa tese, uma vez que não há divergência na interpretação e aplicação da referida Lei Complementar quanto à obrigatoriedade da exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em licitações cujos valores dos itens/lotos não ultrapassem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

É necessário esclarecer que a Lei Complementar 123/2006 prevê as hipóteses em que as disposições mencionadas anteriormente não são aplicáveis, o que não se verificou no presente caso conforme o teor do procedimento licitatório.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório; II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

A definição contida nos dispositivos legais do art. 48, § 3º, e art. 49, inciso II, da Lei Complementar 123/06 estabelece a condição de não localização de, no mínimo, três Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte na região. Nesse sentido, cabe à administração pública verificar, na fase preparatória do processo licitatório, a existência de pelo menos três fornecedores competitivos enquadrados como ME e EPP, sediada local ou regionalmente, capazes de atender às exigências do edital. Caso não sejam identificados tais fornecedores, aplica-se a regra de exclusão prevista no mencionado inciso II do art. 49 da LC 123/2006. É imprescindível que a administração justifique essa situação nos autos do processo licitatório, esclarecendo o sentido e alcance da expressão em questão, que não está devidamente documentada no processo. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) firmou entendimento de que o termo "regionalmente" não possui um conceito objetivo e direto, devendo seu alcance ser definido pela Administração contratante no edital, considerando as circunstâncias e peculiaridades do caso concreto, e justificando os motivos que embasaram essa delimitação nos autos do processo.

No decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, é estabelecido que a regra contida no inciso II do artigo 49 deve ser integralmente reproduzida, exigindo a presença de no mínimo três fornecedores competitivos classificados como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), com sede local ou regional, aptos a atender as condições estabelecidas no edital de licitação. Caso seja comprovada a inexistência de três ME ou EPPs no mercado local ou regional, em condições de contratar com a Administração Pública, será necessário realizar uma nova licitação ampla por meio de um novo edital. Contudo verifica-se que há fornecedores competitivos enquadrados como ME e EPPs sediados regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, em um mínimo de 3 (três), conforme estabelece o inc. II do art. 49 da LC 123/06.

A exclusividade de fornecimento não representa ônus para as aquisições públicas, uma vez que, em conformidade com a legislação vigente, é imperativo que em todo processo licitatório sejam realizadas estimativas prévias, as quais exigem a cotação de preços de mercado junto a, no mínimo, três fornecedores distintos, incluindo a possibilidade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Nesse sentido, a adjudicação de qualquer item acima do valor estimado configura prática ilegal.

Do mesmo modo, Diógenes Gasparini, defende:

“... Por proposta mais vantajosa não se há de ter somente a de menor preço (...) Destarte, pode-se definir a proposta mais vantajosa como a que melhor atende aos interesses da entidade licitante”. (Direito Administrativo, 2º ed., São Paulo, Saraiva, 1992, p.367).

Ao determinar que uma licitação seja exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a Administração está estritamente aderindo às disposições legais vigentes. Não lhe é conferida a autonomia para desconsiderar essa exigência sem incorrer em violação à legislação pertinente.

Portanto, a EXCLUSIVIDADE da participação às ME e EPP é uma medida obrigatória. Nesse sentido, é evidente que todos os requisitos para a exclusividade do Pregão Eletrônico Edital nº 04/2025 destinado a ME e EPPs estão devidamente atendidos, conforme estabelecido na Lei Complementar 123/2006.

DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer seja reconhecida e julgada totalmente procedente a presente IMPUGNAÇÃO determinando-se a republicação:

- 1- Retificar o edital de licitação do Pregão Eletrônico Nº 04/2025 para incluir a previsão de participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme o Inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, e posteriormente dar continuidade ao procedimento licitatório.
- 2- Apresentar nos autos do processo a pesquisa realizada na fase preparatória, comprovando a existência de no mínimo 3 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, locais ou regionais.
- 3- Reabrir o prazo inicialmente previsto, conforme art. 55, da lei 14.133/21.

- 4- Considerar os pedidos mencionados e, caso não sejam atendidos, encaminhar devidamente informados à autoridade superior. A empresa impugnante poderá então solicitar vista junto ao Tribunal de Contas, em conformidade com o art. 165, § 2 da Lei nº 14.133/21, observando também o disposto no § 2º do mesmo artigo.
- 5- Caso o Douto Pregoeiro opte por não aceitar, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. Art. 166, parágrafo único, da lei 14.133/21, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Diante do exposto, requer deferimento,

Carazinho, 01 de abril de 2025.

ABEL
FORNARI
GUERRA:007
82218032

Assinado de forma
digital por ABEL
FORNARI
GUERRA:00782218032
Dados: 2025.04.01
09:03:19 -03'00'

Abel Fornari Guerra
Administrador

RENATA
MARQUES DA
COSTA
GUERRA:0071
5256025

Assinado de forma
digital por RENATA
MARQUES DA COSTA
GUERRA:0071525602
5
Dados: 2025.04.01
09:03:43 -03'00'



Renata Guerra
Analista de Licitações